

Índice

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

1. O litígio	1
2. Formas compositivas do litígio	5
3. O monopólio da administração da justiça. O processo	5
4. O processo absorveu as demais formas compositivas do litígio?...	8
5. O <i>jus puniendi</i>	9
6. O processo como complexo de atos e como relação jurídica	16
7. O Processo Civil e o Processo Penal	18
8. Unidade ou dualidade do Direito Processual?	20
9. Conceito de Direito Processual Penal	26
10. Autonomia do Direito Processual Penal	27
11. Instrumentalidade do Direito Processual	28
12. Nomenclatura	29
13. Finalidade	30
14. Posição no quadro geral do Direito	30
15. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e ciências auxiliares	31
16. Princípios que regem o Processo Penal	36
17. Verdade real	37
18. O princípio da imparcialidade do Juiz	41
19. Princípio do Juiz natural	43

20. Princípio da igualdade das partes	44
21. Princípio da paridade de armas	44
22. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento	45
23. Princípio da publicidade	46
24. Princípio do contraditório	48
25. Princípio da iniciativa das partes	53
26. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	54
27. Identidade física do Juiz	57
28. Princípio do devido processo legal	58
29. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	59
30. Princípio da inocência	63
31. Princípio do <i>favor rei</i>	74
32. Princípio do duplo grau de jurisdição	76

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL

1. O Processo Penal na Grécia	81
2. O Processo Penal em Roma	82
3. O Processo Penal entre os germânicos	85
4. O Processo Penal canônico	86
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas	87
6. As inovações após a Revolução Francesa	90
7. Tipos de Processo Penal	92
8. Direito pátrio	96

CAPÍTULO 3

EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1. <i>Vacatio legis</i>	99
2. Ab-rogação. Derrogação. Ab-rogação expressa e tácita	100
3. Princípio da retroatividade	100
4. Princípio da irretroatividade. Ultra-atividade	102
5. Eficácia da lei penal no tempo	103
6. Eficácia da lei processual penal no tempo	113

CAPÍTULO 4

**EFICÁCIA DA LEI
PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO**

1. Eficácia da lei penal no espaço	125
2. O princípio da territorialidade. O da nacionalidade. O da proteção. O da Justiça Penal universal	126
3. Lugar do crime	134
4. Tempo do crime	140
5. Lei processual penal no espaço	141
6. Ressalvas	146

CAPÍTULO 5

INTERPRETAÇÃO

1. Noções	165
2. Interpretação autêntica	166
3. Interpretação doutrinal	166
4. Interpretação judicial	167
5. Interpretação gramatical	167
6. Interpretação lógica	168
7. Interpretação sistemática	169
8. Interpretação histórica	169
9. Interpretação extensiva e restritiva	169
10. Interpretação progressiva	171
11. Interpretação analógica	172
12. Analogia	173

CAPÍTULO 6

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sentido da palavra “fonte”	179
2. As fontes formais e substanciais	179
3. Classificação das fontes formais	180
4. Modalidades das fontes diretas	180

5. Fontes orgânicas	181
6. Fontes indiretas	182
7. Fontes secundárias	183
8. Inovações	187

CAPÍTULO 7

§ 1.º — DA PERSECUÇÃO

1. Da investigação preparatória	193
2. Polícia	195
3. Divisão	196
4. Polícia de Segurança	196
5. Polícia Civil	197
6. Do inquérito policial	198
7. Finalidade do inquérito	200
8. Inquéritos extrapoliciais	201
9. Competência	203
10. O inquérito é indispensável?	207
11. Natureza do inquérito	210
12. Incomunicabilidade	218

§ 2.º — DA PERSECUÇÃO

1. <i>Notitia criminis</i>	220
2. Início do inquérito	221
3. Instauração “de ofício”	221
3-A. Indiciamento	225
4. Instauração por meio de requisição	226
5. Instauração por meio de requerimento	227
6. Conteúdo do requerimento	228
7. A Autoridade Policial tem o dever de instaurar inquérito?	229
8. Pode a Autoridade Policial indeferir requisição do Ministério Público? E o requerimento do ofendido?	230
9. Providência que o ofendido pode tomar	231
10. A <i>delatio criminis</i>	232
11. Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada	235
12. A hipótese de requisição do Ministro da Justiça	241

§ 3.º — DA PERSECUÇÃO

1. O inquérito policial nos crimes de ação privada	243
2. A mulher casada e o direito de queixa	244
3. Prazo para requerer a instauração de inquérito	244
4. Conteúdo do requerimento	245

§ 4.º — DA PERSECUÇÃO

1. Diligências	247
2. Apreensão de objetos e instrumentos do crime	250
3. Da busca e apreensão	250
4. Da ouvida do ofendido	253
5. Da ouvida do indiciado	254
6. Do reconhecimento	256
7. Das acareações	257
8. Dos exames periciais	259
9. Reprodução simulada	263
10. A identificação	264
11. Tipos e subtipos	271
12. Pode o indiciado recusar-se a ser identificado?	274
13. Folha de antecedentes	275

§ 5.º — DA PERSECUÇÃO

1. Prisão em flagrante	276
2. O curador no auto de prisão em flagrante	278
3. Conclusão do inquérito	278
4. Indiciado menor	282
5. Relatório	285
6. Arquivamento	285
7. Controle externo da atividade policial	287
8. Juizado de Instrução ou Inquérito Policial?	289
9. Pode o Ministério Público investigar?	296

CAPÍTULO 8

§ 1.º — DA AÇÃO

1. Noções gerais	299
------------------------	-----

2. Fundamento do direito de ação e base constitucional	302
3. Ação penal	303
4. Fundamento constitucional da ação penal	306
5. Natureza jurídica do direito de ação	307
6. Windscheid e Muther	308
7. Adolph Wach e a autonomia do direito de ação	310
8. Plòsz e Degenkolb	311
9. A teoria do direito potestativo	312
10. O conceito de direito de ação	314
11. O direito de ação no plano estritamente processual	315
12. O conceito de ação penal	318

§ 2.º — DA AÇÃO PENAL

1. Enquadramento da ação penal no sistema legal normativo	322
2. A influência do Código de Instrução Criminal da França	323
3. A orientação do legislador pátrio de 1890	323
4. A orientação nos trabalhos legislativos de 1940	323
5. A opinião de Jorge A. Romeiro e de Vicente de Azevedo	323
6. Críticas de Frederico Marques	324
7. Normas penais e processuais	324
8. Classificação da ação penal	325
9. Classificação subjetiva	330
10. Razão de ser da divisão da ação penal e da subdivisão da ação penal pública	331
11. Subdivisão da ação penal pública	334
12. Ação penal pública incondicionada	336
13. Classificação quanto à pretensão	348

§ 3.º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	349
2. Ação penal pública condicionada à representação	349
3. Razão de ser	350
4. Crítica	351
5. Crimes cuja ação penal depende de representação	352
6. Natureza jurídica da representação	353

§ 4.º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	361
2. Representação	362
3. A quem é dirigida a representação?	362
4. Quem pode fazer a representação?	364
5. O ofendido incapaz e sem representante legal	365
6. Natureza jurídica do curador especial	366
7. Cessaçãõ da atividade do curador	366
8. Morte do ofendido	366
9. Retratação	368
10. É possível a retratação depois do oferecimento da denúncia?	369
11. É possível a retratação da retratação?	370
12. A pessoa que faz a representação é obrigada a definir juridicamente o fato?	372
13. Eficácia objetiva	372
14. Prazo para a representação	374
15. É possível a representação se o representante legal veio a saber quem foi o autor do crime quando a ofendida, que já o sabia, estava com mais de 18 anos e 6 meses?	376
16. Prazo para a representação na hipótese do § 1.º do art. 24 do CPP	377
17. Prazo para a representação nos crimes de imprensa	377
18. Como provar que o titular do direito de representação soube quem foi o autor do crime nesta ou naquela data?	378
19. Como se conta o prazo para a representação?	378
20. Ação penal nos crimes contra os costumes	382
21. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	389
22. A representação nos crimes tributários	393
23. Requisição do Ministro da Justiça	398

§ 5.º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

1. Como se inicia a ação penal pública condicionada ou incondicionada?	405
------------------------------------------------------------------------------	-----

2. Instante inicial da ação penal pública	406
3. Conteúdo da denúncia	407
4. Prazo para o oferecimento da denúncia	418
5. Não-oferecimento da denúncia no prazo legal. Conseqüências	422
6. Devolução do inquérito	424
7. Extinção da punibilidade	426
8. Guarda em cartório	426
9. Inviabilidade da relação processual	427
10. Arquivamento do inquérito	427

§ 6.º — DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Noções gerais	451
2. Distinção entre ação penal pública e ação penal privada	452
3. Críticas à ação penal privada	453
4. Os crimes de ação penal privada no Código atual	456
5. Princípios	458
6. Quem pode promovê-la?	463
7. A mulher casada pode exercer o direito de queixa?	464
8. Pessoas jurídicas	467
9. Prazo	469
10. O prazo na hipótese do art. 31	472
11. Contagem do prazo	473
12. Divisão da ação penal privada	474
13. A morte do cônjuge ofendido na ação penal privada personalíssima .	475
14. O ofendido incapaz e o direito de queixa na ação penal privada personalíssima	476
15. Despesas judiciais	478

§ 7.º — OUTROS TIPOS DE AÇÃO PENAL

1. Ação penal privada subsidiária da pública	483
2. Quando ocorre	484
3. É inovação do CPP de 1942?	485
4. Prazo para oferecimento da queixa	486

5. Requerido o arquivamento dos autos do inquérito, poderá, ainda assim, o ofendido oferecer queixa substitutiva da denúncia?	488
6. Ação penal nos crimes falimentares	491
7. Ação penal popular	492
8. Ação penal <i>ex officio</i>	508
9. Outras modalidades de ação penal	514

§ 8.º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Como se inicia a ação penal privada?	517
2. Ouvida do órgão do Ministério Público	518
3. A queixa poderá ser oferecida pelo próprio ofendido?	519
4. Prazo	522
5. Devolução do inquérito	522
6. Arquivamento	523

§ 9.º — CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução	524
2. O policiamento do exercício do direito de ação	524
3. As condições da ação	526
4. As condições da ação no Processo Penal	529
5. As condições genéricas	529
6. As condições específicas	539

§ 10 — REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Rejeição da peça acusatória	546
2. Aspecto formal da denúncia ou queixa	546

CAPÍTULO 9

§ 1.º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A rejeição da denúncia ou queixa e a extinção da punibilidade ...	555
2. Que se entende por extinção da punibilidade?	555
3. As causas extintivas da punibilidade	556



4. O art. 107 do CP esgota todas as causas extintivas da punibilidade?	557
5. Morte do agente	558
6. Anistia, graça e indulto	566
7. Anistia	566
8. Graça e indulto	570
9. <i>Abolitio criminis</i>	576
10. Prescrição, decadência e preempção	577
11. Prescrição	577
12. Prescrição retroativa	587
13. Decadência	596

§ 2.º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de renúncia	600
2. Renúncia expressa e renúncia tácita	601
3. Extensão	605
4. Perdão	605
5. Divisão	607
6. Quem pode conceder o perdão?	608
7. Aceitação do perdão	609
8. Aceitação processual e extraprocessual	610
9. Extensão do perdão	611
10. Perdão e renúncia	612
11. Preempção	612
12. Quais as causas que determinam a preempção?	613
13. Preempção, renúncia e perdão	620
14. Retratação	621
15. <i>Subsequens matrimonium</i>	627
16. O perdão judicial, nos casos previstos em lei	627
17. O pagamento do tributo no crime de sonegação fiscal	629

BIBLIOGRAFIA	633
--------------------	-----